

PREPARAR OS TESTES

HISTÓRIA A

11

11.º ANO
ENSINO SECUNDÁRIO

ALEXANDRA FORTES
FÁTIMA FREITAS GOMES
JOSÉ FORTES

DOMÍNIO 4 – A EUROPA NOS SÉCULOS XVII E XVIII – SOCIEDADE, PODER E DINÂMICAS COLONIAIS

1 A EUROPA DOS ESTADOS ABSOLUTOS E A EUROPA DOS PARLAMENTOS

1.1. Estratificação social e poder político nas sociedades do Antigo Regime	9
1.1.1. A sociedade de ordens assente no privilégio	9
1.1.2. Pluralidade de estratos sociais, de comportamentos e de valores	11
1.2. Absolutismo régio de direito divino	14
1.2.1. Os modelos estéticos de encenação do poder	16
1.3. Sociedade e poder em Portugal: preponderância da nobreza fundiária e mercantilizada	18
1.4. Criação do aparelho burocrático do Estado absoluto no século XVII	19
1.5. O absolutismo joanino	20
1.6. A Europa dos Parlamentos: sociedade e poder político	23
1.6.1. A recusa do absolutismo na sociedade inglesa	23
1.6.2. Locke e a justificação do parlamentarismo	26

EXERCÍCIOS RESOLVIDOS	30
EXERCÍCIOS PROPOSTOS	33

2 TRIUNFO DOS ESTADOS E DINÂMICAS ECONÓMICAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII

2.1. Reforço das economias nacionais e tentativas de controlo do comércio	41
2.1.1. O equilíbrio europeu e a disputa das áreas coloniais	46
2.2. A hegemonia económica britânica: condições de sucesso e arranque industrial	47
2.2.1. Condições de sucesso	47
2.2.2. O arranque industrial	51
2.3. Portugal – dificuldades e crescimento económico	53
2.3.1. Da crise comercial de finais do século XVII à apropriação do ouro brasileiro pelo mercado britânico	53
2.3.2. A descoberta do ouro brasileiro e a sua apropriação pelo mercado britânico	55
2.4. A política económica e social pombalina	56
2.4.1. A prosperidade comercial de finais do século XVIII	59

EXERCÍCIOS RESOLVIDOS	63
EXERCÍCIOS PROPOSTOS	65

3

CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE EUROPEIA

3.1. O método experimental e o progresso do conhecimento	73
3.2. A Filosofia das Luzes	75
3.2.1. Apologia da razão, do progresso e do valor do indivíduo	76
3.2.2. Defesa do direito natural, do contrato social e da separação de poderes	78

EXERCÍCIOS RESOLVIDOS	83
------------------------------	----

EXERCÍCIOS PROPOSTOS	85
-----------------------------	----

TESTE DE AVALIAÇÃO 1	87
-----------------------------	----

Critérios de Correção do Teste de Avaliação 1	93
------------------------------------------------------	----

TESTE DE AVALIAÇÃO 2	95
-----------------------------	----

Critérios de Correção do Teste de Avaliação 2	100
------------------------------------------------------	-----

DOMÍNIO 5 – O LIBERALISMO – IDEOLOGIA E REVOLUÇÃO, MODELOS E PRÁTICAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX

1

IMPLANTAÇÃO DO LIBERALISMO EM PORTUGAL

1.1. O triunfo das revoluções liberais	103
1.1.1. A Revolução Americana	104
1.1.2. A Revolução Francesa	104
1.2. A implantação do liberalismo em Portugal	107
1.2.1. Antecedentes e conjuntura (1807-1820)	107
1.3. A Revolução de 1820	109
1.3.1. As dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-1834)	109
1.3.2. A desagregação do Império do Atlântico	112
1.3.3. A Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826	113
1.4. O novo ordenamento político e socioeconómico (1834-1851)	114
1.4.1. A importância da legislação de Mouzinho da Silveira	114
1.4.2. A importância dos projetos setembrista e cabralista	115

2

O LEGADO DO LIBERALISMO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

2.1. O Estado como garante da ordem liberal	123
2.1.1. A secularização das instituições	124
2.1.2. O cidadão, ator político	124
2.1.3. O direito à propriedade e à livre iniciativa	126
2.1.4. Os limites da universalidade dos direitos humanos: a problemática da abolição da escravatura	127

EXERCÍCIOS RESOLVIDOS 130

EXERCÍCIOS PROPOSTOS 131

TESTE DE AVALIAÇÃO 1 144

Críticos de Correção do Teste de Avaliação 1 150

TESTE DE AVALIAÇÃO 2 153

Críticos de Correção do Teste de Avaliação 2 158

DOMÍNIO 6 – A CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL – ECONOMIA E SOCIEDADE; NACIONALISMOS E CHOQUES IMPERIALISTAS

1

AS TRANSFORMAÇÕES ECONÓMICAS NA EUROPA E NO MUNDO

1.1. As transformações económicas na Europa e no Mundo	161
1.1.1. A geografia da industrialização	163
1.1.2. A permanência de formas de economia tradicional	165
1.2. A agudização das diferenças	166
1.2.1. A confiança nos mecanismos autorreguladores do mercado	166
1.2.2. As crises do capitalismo liberal	166
1.2.3. O mercado internacional e a divisão internacional do trabalho	167

EXERCÍCIOS RESOLVIDOS 170

EXERCÍCIOS PROPOSTOS 173

2

A SOCIEDADE INDUSTRIAL E URBANA

2.1. A explosão populacional	179
2.2. Unidade e diversidade da sociedade oitocentista	180
2.2.1. A condição burguesa	181
2.2.2. A proliferação do setor terciário e o incremento das classes médias	183
2.2.3. A condição operária: salários e modos de vida	184

EXERCÍCIOS RESOLVIDOS 191

EXERCÍCIOS PROPOSTOS 196

3

PORTUGAL, UMA SOCIEDADE CAPITALISTA PERIFÉRICA

3.1. A Regeneração entre o livre-cambismo e o protecionismo (1850-1880) 203

3.1.1. O desenvolvimento das infraestruturas 203

3.1.2. A dinamização da atividade produtiva 205

3.1.3. A necessidade de capitais e os mecanismos de dependência 208

3.2. Entre a depressão e a expansão (1880-1914) 209

3.2.1. A crise financeira (1880-1890) 209

3.2.2. O surto industrial do final do século 210

3.3. As transformações do regime político na viragem do século 210

3.3.1. Os problemas da sociedade portuguesa e a contestação à monarquia 210

3.4. A solução republicana e parlamentar – a Primeira República 215

3.4.1. A Constituição de 1911 215

EXERCÍCIOS RESOLVIDOS 220

EXERCÍCIOS PROPOSTOS 223

4

OS CAMINHOS DA CULTURA

4.1. A confiança no progresso das ciências 231

4.1.1. Avanço das ciências exatas e emergência das ciências sociais 231

4.2. O interesse pela realidade social na literatura e nas artes 233

4.2.1. As novas correntes estéticas na viragem do século 234

4.2.2. As ruturas da pintura na viragem do século 236

4.3. Portugal: o dinamismo cultural do último terço do século 237

4.3.1. A pintura 239

EXERCÍCIOS RESOLVIDOS 243

EXERCÍCIOS PROPOSTOS 245

TESTE DE AVALIAÇÃO 1 250

Críticos de Correção do Teste de Avaliação 1 255

TESTE DE AVALIAÇÃO 2 258

Críticos de Correção do Teste de Avaliação 1 263

Críticos de Correção dos Exercícios Propostos 266

2

DOMÍNIO 5 – O LIBERALISMO – IDEOLOGIA E REVOLUÇÃO,
MODELOS E PRÁTICAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX

O LEGADO DO LIBERALISMO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

CRONOLOGIA

1776 Publicação de <i>A Riqueza das Nações</i> , de Adam Smith.	1833 Abolição da escravatura em Inglaterra.	1836 Abolição do tráfico de escravos nas colónias portuguesas.	1848 Decreto da abolição da escravatura em França.	1865 Abolição da escravatura nos Estados Unidos da América.	1869 Abolição da escravatura em Portugal.
---------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------

No século XIX, o Estado assumiu-se como o garante da liberdade. O liberalismo político trouxe aos cidadãos, ainda que de forma restrita, a capacidade de elegerem e serem eleitos. A Constituição estabeleceu os princípios fundamentais de funcionamento do Estado e assegurou aos indivíduos direitos e liberdades. O Estado laicizou-se e separou-se da Igreja. O cidadão tornou-se um ator político. O trabalho, o mérito, a educação e as capacidades do indivíduo ditavam a sua ascensão social. O liberalismo económico fomentou a livre iniciativa e a liberdade de comércio, dinamizando assim as economias liberais. A prática da escravatura tornou-se cada vez mais condenável, à luz dos princípios dos direitos humanos e da defesa da igualdade, favorecendo a transformação das mentalidades.

©AREAL EDITORES

APRENDER O ESSENCIAL

FIGURAS DA HISTÓRIA



Adam Smith (1723-1790).
Economista britânico, teorizador do liberalismo económico. Na sua obra, *A Riqueza das Nações*, defendeu a livre iniciativa privada, a liberdade de comércio e a reduzida intervenção do Estado na economia.

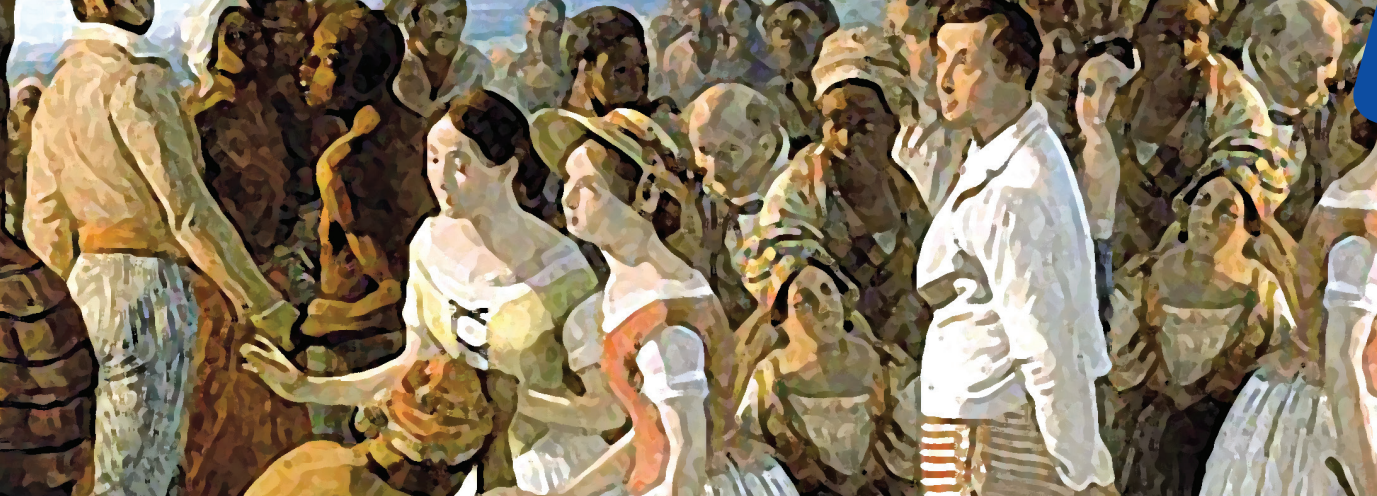
CONCEITOS*

- Época Contemporânea
- Estado laico
- Liberalismo económico
- Revolução liberal
- Sistema representativo
- Soberania nacional
- Sufrágio censitário

VOCABULÁRIO ESPECÍFICO*

- Anticlerical
- Constituição
- Deputados
- Direito inalienável
- Livre-cambismo

* Consulte o glossário



Aprendizagem Essencial

Como é que os princípios da igualdade de direitos e da soberania nacional se contrapõem à legitimidade dinástica.

Conceito:

Soberania nacional



Recorde que...

A filosofia das Luzes defendeu os direitos naturais do indivíduo e o desenvolvimento do espírito racionalista. Lançou as bases para a difusão do Liberalismo, que ocorreu na Europa ao longo da primeira metade do século XIX.

As mudanças políticas, sociais e económicas, resultantes do pensamento iluminista, da Revolução Francesa e, também, da Revolução Industrial, levaram os pensadores a sistematizar a ideologia liberal. As ideias liberais persistiram como legado importante para a História das sociedades ocidentais até ao nosso século.

Conceito:

Sistema representativo

2.1. O Estado como garante da ordem liberal

A ideia central do liberalismo assenta no princípio da liberdade, um direito inalienável* que não se limita ao domínio político ou económico, mas que engloba a vida do indivíduo em sociedade. Segundo o liberalismo, ao Estado cabia garantir a liberdade, intervindo nos aspetos essenciais e deixando à livre iniciativa a condução da vida económica e social.

Em termos políticos, a ideologia liberal valorizou a igualdade e rejeitou os princípios absolutistas e as formas de opressão. O Estado liberal substituiu a hereditariedade e o nascimento, enquanto critérios de acesso e desempenho de cargos públicos. O poder reside na nação e os cidadãos ativos em igualdade de direitos exercem a **soberania nacional***, princípio segundo o qual o poder pertence à nação, entidade coletiva, única e indivisível. Rejeitou-se o princípio da legitimidade dinástica segundo o qual o poder era exercido por via hereditária.

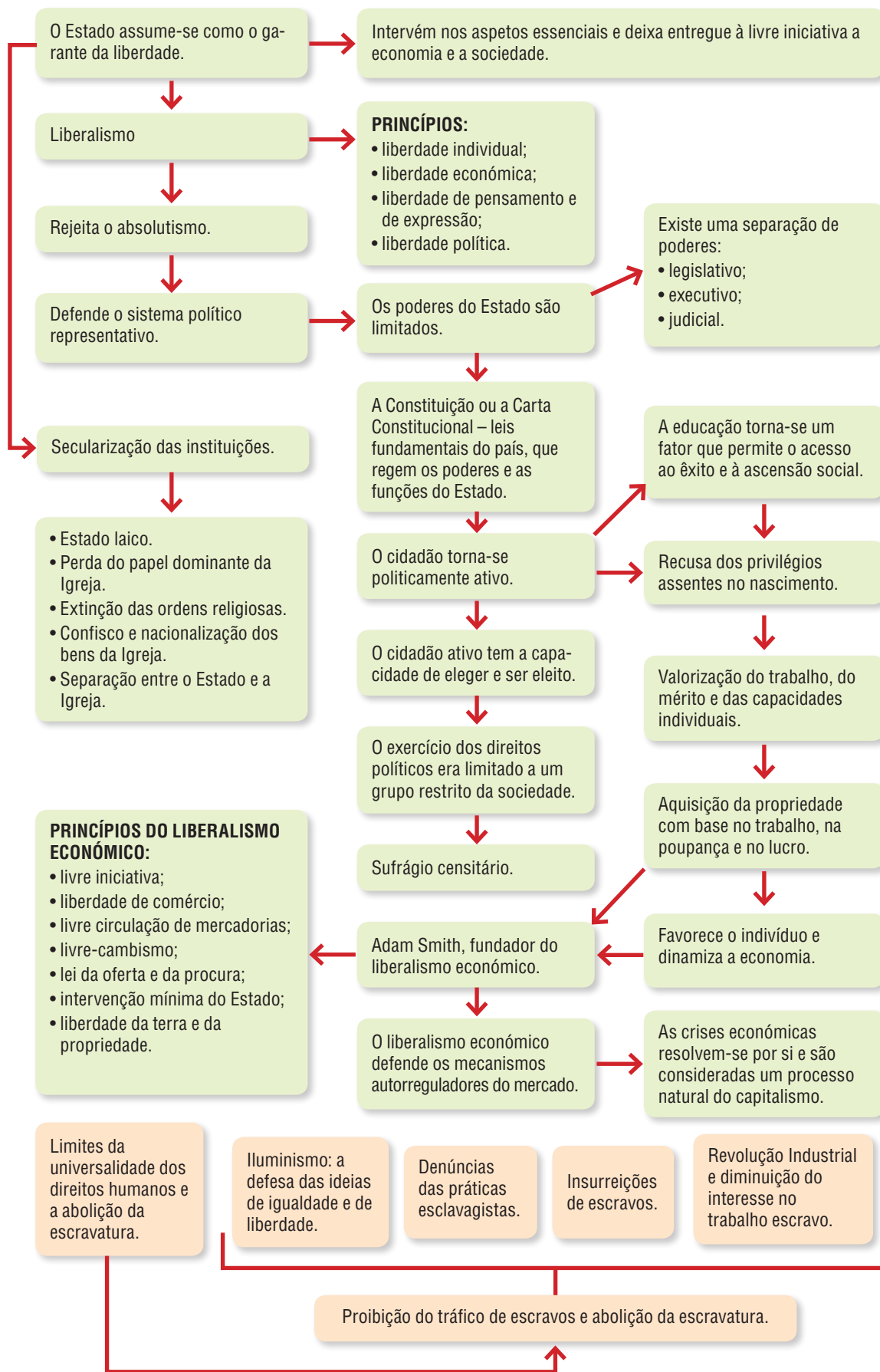
O Estado liberal devia garantir:

- **as liberdades individuais:** a segurança contra os abusos do poder judicial; a inviolabilidade do domicílio e da correspondência; a livre circulação de pessoas; a liberdade de escolha da educação e do ensino;
- **as liberdades económicas:** o direito de propriedade, a liberdade de iniciativa e a liberdade de comércio;
- **a liberdade de pensamento:** ao nível político, filosófico e religioso, incluindo a liberdade de culto;
- **a liberdade de expressão e de opinião:** de imprensa e de uso da palavra;
- **a liberdade de reunião, de associação e de manifestação.**

O liberalismo político defendia o **sistema representativo***, forma de democracia em que o exercício do poder político é indireto, feito por intermédio de representantes eleitos pelos cidadãos, que neles delegam os seus poderes. Os representantes eleitos (os deputados*) representam a soberania da nação, votam as leis e controlam o governo.

SÍNTESE ESQUEMÁTICA

O ESTADO COMO GARANTE DA ORDEM LIBERAL



© A REAL EDITORES

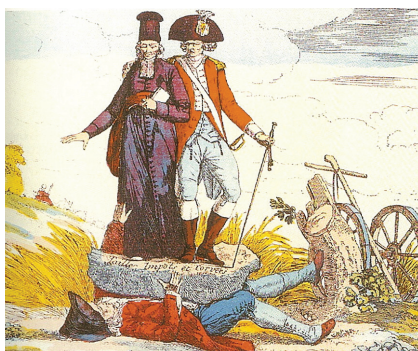
GLOSSÁRIO DE CONCEITOS E VOCABULÁRIO ESPECÍFICO

- Anticlerical** – atitude de rejeição e hostilidade face ao clero, e à influência das suas ideias, expressa através de perseguições aos eclesiásticos ou da extinção das ordens religiosas.
- Constituição** – lei fundamental de um país. Estabelece as normas e funções de um Estado, bem como os direitos e os deveres fundamentais dos cidadãos.
- Deputados** – representantes eleitos pelo povo que, no Parlamento, exercem o poder legislativo.
- Época Contemporânea** – período atual da História com início na Revolução Francesa (1789).
- Estado laico** – Estado que não apoia e não se rege por nenhuma confissão religiosa.
- Direito inalienável** – direito que não se pode transmitir a outra pessoa.
- Liberalismo económico** – doutrina económica que defende a livre iniciativa, a liberdade de comércio e a propriedade privada.
- Livre-cambismo** – sistema no qual as trocas comerciais são realizadas de forma livre, sem restrições do Estado. Este sistema opõe-se ao protecionismo.
- Revolução liberal** – mudança ou rutura assente nos princípios iluministas, pôs fim, a partir do século XVIII, ao absolutismo régio e à sociedade de ordens, instaurando um novo regime político, o liberalismo, e um novo modelo de sociedade (sociedade de classes).
- Sistema representativo** – sistema político em que o poder é exercido por representantes dos cidadãos, por eles eleitos através do voto.
- Soberania nacional** – conceção que defende que o poder reside na nação.
- Sufrágio censitário** – sistema ou regime eleitoral em que apenas os cidadãos com determinados rendimentos podem eleger ou ser eleitos.

EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

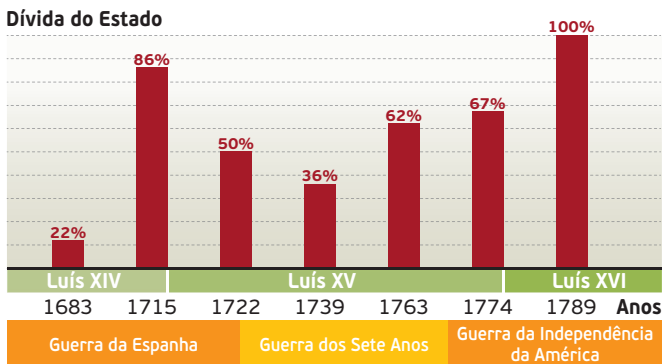
Analisar uma imagem e um gráfico e integrar os seus elementos numa resposta.

DOC. 1 A desigualdade social em França (1789).



“O Terceiro Estado esmagado” é o título da caricatura francesa que data de 1789. Na pedra pode identificar-se a inscrição “Talha, impostos e corveias.”

DOC. 2 A situação financeira da França nas vésperas da revolução.



- 1. Explícite** dois motivos de carácter socioeconómico que contribuíram para o eclodir da Revolução Francesa.

Os dois motivos devem ser articulados com informações dos documentos 1 e 2.

Dicas para a elaboração de resposta (questão 1):

A questão 1, de resposta de composição restrita, exige a análise de uma caricatura e de um gráfico, cujos elementos devem ser integrados na resposta para responder ao solicitado na questão, ou seja, para explicitar os motivos que contribuíram para o eclodir da Revolução Francesa.

No caso da caricatura, é necessário atender aos seguintes elementos: o Terceiro Estado está no solo, esmagado pelo peso de uma pedra, sobre a qual estão a nobreza e o clero, identificados pelo vestuário. Assim, podemos referir que a caricatura procura satirizar a sociedade do Antigo Regime, em que os privilegiados se sobrepõem ao Terceiro Estado.

O gráfico de barras representa, em percentagem, a dívida do Estado entre 1683 e 1789. Os valores e anos que surgem no gráfico devem ser analisados para serem integrados na resposta.

Na base do gráfico aparecem informações relativas aos reis e respetivas datas de início e fim de reinado, o que permitem fazer uma associação com os valores da dívida.

Exemplo de resposta:

1. A Revolução Francesa ocorreu em 1789 e contribuiu para pôr fim ao Antigo Regime, transformando, de modo profundo, as estruturas económicas, sociais e políticas.

Um dos fatores que esteve na origem da revolução de 1789 está relacionado com a estrutura da sociedade do Antigo Regime, tripartida e hierarquizada, na qual as ordens privilegiadas dispunham de privilégios vários, sobrecarregando o Terceiro Estado de impostos e obrigações senhoriais, tal como está representado na caricatura: “talhas, impostos e corveias” (Doc. 1).

Outro dos fatores diz respeito ao endividamento do Estado francês, que foi aumentando, consecutivamente, entre os reinados de “Luís XIV e Luís XVI”, devido, em parte, ao aumento com as despesas de guerra, como foi o caso da “Guerra da Independência da América”, que provocou um aumento de cerca de “100%” da dívida do Estado (Doc. 2).

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

FICHA 1 A REVOLUÇÃO AMERICANA: UMA REVOLUÇÃO FUNDADORA

DOC. 1 A Declaração da Independência (1776)

Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário a um povo dissolver os laços políticos que o ligavam a outro, e assumir entre os poderes da Terra posição igual e separada, a que lhe dão direito as leis da natureza [...], o respeito para com as opiniões dos homens exige que se declarem as causas que os levam a essa separação. Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que, a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando os seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade [...]. Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objetivo [...], assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tal governo [...].

Nós, por conseguinte, representantes dos Estados Unidos da América, reunidos em Congresso Geral, [...] em nome e por autoridade do bom povo destas colônias, publicamos e declaramos solenemente: que estas colônias unidas são e de direito têm de ser Estados Livres e Independentes [...]. E em apoio desta declaração [...], empenhamos mutuamente as nossas vidas, as nossas fortunas e a nossa sagrada honra.

- Identifique** dois dos princípios que a Declaração da Independência considera “verdades como evidentes por si mesmas”.
Os dois princípios devem ser articulados com excertos significativos do documento 1.
- Explicita** duas características que fizeram da Revolução Americana uma revolução liberal.
As duas características devem ser articuladas com informações do documento 1.
- Nomeie** o documento em que ficaram consagrados, sob a forma de lei, os direitos e a forma de governo que deveria reger os “Estados Unidos da América”.
- Associe** cada uma das ideias, presentes na coluna A, à designação respectiva, que consta na coluna B. Utilize cada letra e cada número apenas uma vez.

COLUNA A	COLUNA B
(A) Os governos “são instituídos entre os homens, derivando os seus justos poderes do consentimento dos governados”.	(1) Direito natural
(B) “todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade.”	(2) Soberania popular
(C) Os “representantes dos Estados Unidos da América, reunidos em Congresso Geral, [...] em nome e por autoridade do bom povo destas colônias”.	(3) Privilégios de nascimento
	(4) Divisão dos poderes
	(5) Contrato social

TESTE DE AVALIAÇÃO 1

GRUPO I – AS DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO DO LIBERALISMO EM PORTUGAL

DOC. 1 Manifesto da nação portuguesa aos soberanos e povos da Europa pela Junta Provisional do Governo Supremo da Nação (1820)

Toda a Europa sabe as extraordinárias circunstâncias que, no ano de 1807, forçaram o Senhor D. João VI, então Príncipe Regente de Portugal, a passar com a Sua Real Família aos seus domínios transatlânticos [...]. A ruína da sua povoação, começada pela emigração dos habitantes, que seguiram o seu Príncipe, [...] aumentou-se pelas duas funestas invasões de 1809 e 1810, e pelas perdas inevitáveis de uma dilatada e porfiosa guerra de sete anos. [...]. Ainda de vez em quando se avivava em seus corações algum lume de esperança de que o Rei viria ao meio deles ouvir suas queixas, e dar o possível remédio a males tão rezados e opressivos. [...] Ela, porém, foi-se desvanecendo pouco a pouco [...]. Nem a força das armas, nem os hábitos inveterados, nem o decurso dos tempos podem jamais despojar a Nação da faculdade, e invariável direito, que sempre conserva, de [...] melhorar a forma do seu Governo, de prescrever-lhe justos limites e de fazê-lo útil aos governados [...]. Eis aqui, pois, os verdadeiros princípios que dirigiram os Portugueses [...] para darem a esse Trono as bases sólidas da Justiça e da Lei [...]. Foram estes os votos de todos os Portugueses, quando proclamaram a necessidade de uma Constituição, de uma Lei fundamental, que regulasse os limites do Poder e da Obediência, que afiançasse para o futuro os direitos e a felicidade do Povo.

DOC. 2 A reação absolutista (1823)

A força dos males nacionais, já sem limites, não me deixou escolher: a honra não me permitiu ver por muito mais tempo em vergonhosa inércia a majestade real, [...] todas as classes da nação com diabólico estudo deprimidas, e todos nós o desprezo da Europa e do mundo, [...] e em lugar dos primitivos direitos nacionais que vos prometeram recobrar em 24 de agosto de 1820, deram-vos a sua ruína, o rei reduzido a um mero fantasma; a magistratura diariamente despojada e ultrajada; a nobreza, [...] reduzida ao abatimento [...]; a religião e seus ministros objeto de mofa e escárnio [...] vinde juntar-vos ao estandarte que levo em minhas mãos [...]. Acho-me no meio de valentes e briosos Portugueses, decididos como eu a morrer ou a restituir Sua Majestade à sua liberdade e autoridade, e a todas as classes seus direitos [...] e juremos não tornar a real mão senão depois de Sua Majestade estar restituída à sua autoridade. Não acrediteis que queremos restaurar o despotismo, operar reações ou tomar vinganças; juremos pela religião e pela honra que só queremos a união de todos os Portugueses e um total esquecimento das opiniões passadas.



D. Miguel.

Proclamação de D. Miguel na Vila-Francada.

TESTE DE AVALIAÇÃO 1

DOC. 3 Oposição entre liberais e absolutistas



1. O decreto napoleónico que “[forçou] o Senhor D. João VI, então Príncipe Regente de Portugal, a passar com a Sua Real Família aos seus domínios transatlânticos [...]” (Doc. 1) foi...
 - (A) o bloqueio nacional.
 - (B) o bloqueio continental.
 - (C) o bloqueio marítimo.
 - (D) o bloqueio internacional.

2. **Nomeie** o regime político abolido em 1820 e que, segundo D. Miguel, fez do rei “[...] um mero fantasma.” (Doc. 2).

3. **Transcreva** uma afirmação do documento 2 que expresse as razões da reação absolutista.

4. O fracasso da Vila-Francada levou D. Miguel a reagir com...
 - (A) a Convenção de Gramido.
 - (B) a Abrilada.
 - (C) a Convenção de Évora Monte.
 - (D) o pronunciamento militar do Porto.

5. **Desenvolva** o tema **A Revolução Liberal Portuguesa: antecedentes e confronto entre liberais e absolutistas**, abordando os tópicos de orientação seguintes:
 - os antecedentes da revolução liberal de 1820;
 - a impossível conciliação entre liberais e absolutistas: o desencadear da guerra civil.

Na sua resposta,

- analise os dois tópicos de orientação, apresentando três elementos para cada tópico;
- evidencie a relação dos elementos apresentados com o tema;
- integre, pelo menos, uma informação relevante de cada um dos documentos de 1 a 3.

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

TESTE DE AVALIAÇÃO 1

GRUPO I – AS DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO DO LIBERALISMO EM PORTUGAL

1.

(B)

2.

Absolutismo **ou** monarquia absoluta.

3.

Afirmações:

- “A força dos males nacionais [...] não me permitiu ver por muito mais tempo em vergonhosa inércia a majestade real, [...]”;
- “[...] todas as classes da nação [...] deprimidas, e todos nós o desprezo da Europa e do mundo [...]”;
- “[...] deram-vos a sua ruína, o rei reduzido a um mero fantasma”;
- “[...] a magistratura diariamente despojada e ultrajada”;
- “[...] a nobreza, [...] reduzida ao abatimento [...]”;
- “[...] a religião e seus ministros objeto de mofa e escárnio.”

4.

(B)

5.

Tópicos de resposta:

Os antecedentes da revolução liberal de 1820:

- difusão em Portugal dos valores do liberalismo que defendiam o fim do Antigo Regime;
- descontentamento da população pelas consequência das invasões **ou** “A ruína da sua povoação, começada pela emigração dos habitantes, que seguiram o seu Príncipe” (Doc. 1) **ou** “aumentou-se pelas duas funestas invasões de 1809 e 1810, e pelas perdas inevitáveis de uma dilatada e porfiosa guerra de sete anos.” (Doc. 1);
- a fuga da família real para o Brasil **ou** a permanência da Corte no Brasil: “Toda a Europa sabe as extraordinárias circunstâncias que, no ano de 1807, forçaram o Senhor D. João VI, então Príncipe Regente de Portugal, a passar com a Sua Real Família aos seus domínios transatlânticos” (Doc. 1) **ou** “[...] algum lume de esperança de que o Rei viria ao meio deles ouvir suas queixas, e dar o possível remédio a males tão rezados e opressivos. [...] Ela, porém, foi-se desvanecendo pouco a pouco [...]” (Doc. 1);
- descontentamento face ao domínio político exercido pelos britânicos;
- repressão sobre os liberais;
- descontentamento da burguesia pela crise económica e financeira (**ou** pela abertura dos portos do Brasil ao comércio com a Grã-Bretanha);
- preparação de uma revolução liberal por organizações clandestinas (**ou** Sinédrio) para transformar o regime político: “proclamaram a necessidade de uma Constituição, de uma Lei fundamental, que regulasse os limites do Poder e da Obediência, que afiançasse para o futuro os direitos e a felicidade do Povo.” (Doc. 1);
- ambiente de agitação política **ou** difusão de propaganda liberal **ou** ideias liberais, nomeadamente o reconhecimento do direito da Nação em revoltar-se contra o poder estabelecido quando estivessem em causa os seus direitos **ou** devido à opressão ou tirania: “podem jamais despojar a Nação da faculdade, e invariável direito, que sempre conserva, de [...] melhorar a forma do seu Governo, de prescrever-lhe justos limites e de fazê-lo útil aos governados.” (Doc. 1).

A impossível conciliação entre liberais e absolutistas: o desencadear da guerra civil:

- divergências no seio da família real após a revolução de 1820 **ou** D. João VI e D. Pedro, do lado liberal, e D. Miguel e D. Carlota Joaquina, defensores do absolutismo (Doc. 3);
- o descontentamento dos setores absolutistas, que consideravam a revolução de 1820 e a Constituição de 1822 principais fatores dos “[...] males nacionais, já sem limites”, bem como da situação de “vergonhosa inércia a majestade real, [...]” (Doc. 2);
- D. Miguel considera que a sociedade portuguesa estava descontente com a revolução e o liberalismo **ou** apoio ao absolutismo por parte do clero e da nobreza, prejudicados pela abolição de antigos privilégios senhoriais na Constituição de 1822 **ou** oposição à Constituição de 1822, considerada radical num país conservador: “todas as classes da nação com diabólico estudo deprimidas” (Doc. 2);
- a conjuntura internacional era adversa à revolução liberal e D. Miguel salientava que Portugal estava votado ao “desprezo da Europa e do mundo [...]” (Doc. 2);
- a façção liderada por D. Miguel considerava que a revolução de 1820 tinha subvertido a organização política e social do reino: “deram-vos a sua ruína, o rei reduzido a um mero fantasma; a magistratura diariamente despojada e ultrajada; a nobreza, [...] reduzida ao abatimento [...]” (Doc. 2);
- o anticlericalismo presente na leis vintistas, num país profundamente conservador e católico, foi um fator de descontentamento explorado pelos absolutistas: “[...] a religião e seus ministros objeto de mofa e escárnio [...]” (Doc. 2);
- a instabilidade política contra o liberalismo com os movimentos contrarrevolucionários **ou** absolutistas como a Vila-Francada (Doc. 2) **ou** abrilada **ou** instabilidade gerada por movimentos absolutistas contrarrevolucionários **ou** usurpação

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

- do poder por D. Miguel, que se fez aclamar rei e restaurou o absolutismo **ou** incumprimento por parte de D. Miguel do acordo estabelecido com D. Pedro **ou** não aceitação da Carta Constitucional acabou por desencadear a Guerra Civil entre 1828 e 1834;
- a guerra civil opôs os dois projetos políticos - absolutismo e liberalismo -, liderados, respetivamente, por D. Miguel e por D. Pedro (Doc. 3), que provocou a intervenção estrangeira por parte da Inglaterra que apoiou a causa de D. Pedro (Doc. 3);
- D. Miguel e os exércitos absolutistas acabaram por ser derrotados em 1834 **ou** a guerra civil entre liberais e absolutistas terminou com a vitória dos liberais **ou** com a assinatura da Convenção de Évora Monte em 1834.

GRUPO II - PORTUGAL: A CONSOLIDAÇÃO DO LIBERALISMO

1.

(C)

2.

(A)

3.

(D)

4.

(B)

5.

(C) - (B) - (D) - (A) - (E)

6.

Tópicos de resposta:

- a Carta Constitucional foi um diploma outorgado pelo rei à Nação “Tal foi o projeto que [...] concebeu meu Augusto Pai [...] e tal foi o que com glória imortal executou meu Augusto Irmão, felicitando esta nação com a nova carta constitucional.” (Doc. 1) **ou** “Dom Pedro, Por Graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves [...] faço saber a todos os meus súbditos Portugueses que Sou servido Decretar Dar [...] a Carta Constitucional abaixo transcrita, [...]” (Doc. 2);
- a Carta deveria ser jurada pelos mais altos responsáveis do Reino e “pelas três ordens do Estado” (Doc. 2);
- consagrou uma soberania popular moderada, com maior importância da instituição monárquica: “Os representantes da nação portuguesa são o rei e as Cortes Gerais.” (Doc. 2) **ou** poder partilhado entre o “Rei e as Cortes Gerais”;
- estabeleceu quatro poderes, valorizando-se a figura do rei **ou** atribuindo ao rei o exercício do poder moderador: “Os poderes reconhecidos pela Constituição do Reino de Portugal são quatro: o poder legislativo, o poder moderador, o poder executivo e o poder judicial [...]” (Doc. 2);
- instituiu um sistema parlamentar bicameral, composto pela Câmara de Pares, nomeados pelo rei, e pela Câmara de Deputados, eleitos pela nação **ou** em que a Câmara de Pares representa o reconhecimento de privilégios políticos das ordens superiores (Doc. 2);
- instituiu um sistema de eleição indireta da Câmara de Deputados: “As nomeações dos deputados para as Cortes Gerais serão feitas por eleições indiretas, elegendo a massa dos cidadãos ativos [...]” (Doc. 2);
- instituiu o voto censitário: “Excetuam-se: 1.º - os que não tiverem de renda líquida anual duzentos mil reis, por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos [...]” (Doc. 2).

GRUPO III - O SETEMBRISMO E O CABRALISMO: AÇÃO POLÍTICA E REAÇÃO POPULAR

1.

Tópicos de resposta:

- restaurar a Constituição de 1822 **ou** recuperar os princípios vintistas: “Um movimento popular, em que tomou parte toda a Nação, chamou ao governo com a Constituição de 1822 uma nova Administração” (Doc. 1);
- formar um governo norteado pelos princípios da “Liberdade progressiva”, com vista a garantir “a ordem, a paz, a segurança pública e individual” (Doc. 1);
- garantir o respeito pelos princípios constitucionais: “Os novos Ministros [...] vão seguir [...] respeito às leis por cuja observância zelarão com todo o desvelo próprio de homens de são princípios Constitucionais.” (Doc. 1);
- resolver os problemas económicos, financeiros e administrativos do país: “vão pôr todo o empenho e cuidado em resolver o caos em que se acham os ramos da Fazenda e Administração Pública, tanto civil como judicial [...]” (Doc. 1);
- promover o desenvolvimento dos vários setores económicos: “Confiamos que animarão quanto deles dependerem a Agricultura, o Comércio, a Indústria Nacional [...]” (Doc. 1);
- proceder a uma reforma educativa: “promovendo a Instrução Pública, e procurando difundi-la por todas as classes de cidadãos”. (Doc. 1).

2.

Tópicos de resposta:

- a publicação das chamadas “leis da saúde” que proibiam os enterramentos nas igrejas, “atacou as superstições, mandando que os mortos se não enterrassem nas igrejas; [...] esta ordem judiciosa batia de frente os usos religiosos e quanto eles estavam arraigados [...]” (Doc. 2);



CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DOS EXERCÍCIOS PROPOSTOS

DOMÍNIO 4 – A EUROPA NOS SÉCULOS XVII E XVIII – SOCIEDADE, PODER E DINÂMICAS COLONIAIS

1. A EUROPA DOS ESTADOS ABSOLUTOS E A EUROPA DOS PARLAMENTOS

FICHA 1 – A SOCIEDADE DO ANTIGO REGIME: HIERARQUIZAÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

1. (C)
2. (D)
3. (B)
4. **Afirmações:**
 - “Porque nós não podemos viver em igualdade de condição, assim é necessário que uns coman-dem e os outros obedeçam”;
 - “Mas cada uma destas três ordens é ainda subdi-vidida em escalões subordinados, ou ordens su-balternas, a exemplo da hierarquia celeste [...]”
5. **Tópicos de resposta:**
 - o acesso ao desempenho de cargos **ou** a função es-pecífica de cada uma das ordens: “é necessário que uns comandem e os outros obedeçam.” (Doc. 1);
 - o nascimento: “[...] devido aos privilégios [...] que Deus lhes deu” (Doc. 1);
 - o vestuário **ou** o privilégio de usar elementos dis-tintivos da condição social **ou** outro exemplo (cal-çado, cabeleira ou penteado, cores, elementos luxuosos) (Doc. 2);
 - o direito de usar espada como atributo da no-breza (Doc. 2);
 - as formas de tratamento **ou** o uso de títulos **ou** a ocupação de lugares hierarquizados em lugares públicos (representação da hierarquização das figuras representada no Doc. 2);
 - a situação de dependência do povo: “o povo que obedece a todos” (Doc. 1) **ou** está sujeito à sobrecarga do trabalho e dos impostos e outras obrigações (Doc. 2).
6. (A) – (3); (B) – (2); (C) – (1)

FICHA 2 – A EUROPA DOS ESTADOS ABSOLUTOS – O ABSOLUTISMO RÉGIO E A SOCIEDADE DE CORTE

1. **Afirmações:**
 - “Deus estabeleceu os reis como seus ministros e reina através deles sobre os povos.”;
 - “Os príncipes agem como seus lugares-tenentes sobre a terra”;
 - “A pessoa do rei é sagrada [...]. Deus ungiu-o com uma unção sagrada [...]”
2. **Tópicos de resposta:**
 - os reis recebem o poder de Deus **ou** origem divina do poder: “Deus estabeleceu os reis como seus ministros e reina através deles sobre os povos.” (Doc. 1);
 - os reis são representantes de Deus na Terra: “Os príncipes agem como seus lugares-tenentes so-bre a terra.” (Doc. 1);
 - o poder do rei é sagrado: “a pessoa do rei é sagrada” **ou** “Deus ungiu-o com uma unção sa-grada” (Doc. 1);
 - o rei exerce a justiça suprema: “Quando o prin-cipe julga não há outro julgamento” (Doc. 1);
 - o rei só presta contas do exercício do seu poder a Deus: “Só Deus é que pode julgar os julgamentos do rei.” (Doc. 1).
3. **Tópicos de resposta:**
 - a corte estabelecida no palácio de Versalhes era o espaço de exercício de poder régio, atraindo as ordens privilegiados pelo seu ambiente de luxo **ou** o cerimonial e etiqueta estabelecidos na corte de Versalhes assumiu-se como meio de controlo **ou** submissão social **ou** dos grupos privilegiados: “Os espetáculos surpreendiam pela sua magnifi-cência, pela diversidade de divertimentos, pelas músicas diferentes, pelos repuxos, pelos fogos de artifício.” (Doc. 2);
 - Versalhes **ou** o luxo da vida na corte expressava a grandeza de Luís XIV **ou** do Rei-Sol: “O Palácio [de Versalhes] era verdadeiramente o Palácio do Sol porque foi iluminado por todo o lado” (Doc. 2);
 - Versalhes tornou-se centro das principais mani-festações culturais e artísticas: “estátuas lumi-nosas e diversamente coloridas que espalhavam uma tão grande luz [...]” (Doc. 2);
 - o culto de que o rei passou a ser objeto estava associado a um conjunto de regras de etiqueta que visava tornar os privilegiados dependentes